A Efetividade da Lei Maria da Penha no Combate à Violência Doméstica no Brasil

Autor(res)

Administrador Kroton
Jeniffer Samara S Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A violência doméstica se tornou um problema estrutural que atinge grande maioria das mulheres no Brasil, a lei Maria da Penha foi instituída no ano de 2006, 11.340/2006, foi a representação de marco necessário na sociedade no que desrespeito a proteção das mulheres criar esse mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar. Apesar dos avanços, existem desafios quanto à efetiva aplicação da lei, principalmente nos aspectos relacionados à infraestrutura do sistema de justiça, à capacitação de profissionais e à proteção das vítimas. Este estudo investiga a eficácia da referida legislação e os elementos que impactam sua aplicação no cotidiano jurídico, com o intuito de verificar se as finalidades estabelecidas pela norma estão sendo efetivamente cumpridas.

Objetivo

Existe-se a necessidade de avaliar efetividade da Lei Maria da Penha com relação a prevenção e combate à violência doméstica no Brasil, considerando sua aplicação prática, os avanços obtidos e os desafios enfrentados no âmbito jurídico e social.

Material e Métodos

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Foram utilizados métodos bibliográfico e documental, com base em artigos científicos, legislações, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério Público e organismos de defesa dos direitos das mulheres. Também foram analisadas decisões judiciais e relatórios de organizações não governamentais, a fim de assimilar como a lei tem sido aplicada na prática. Buscando identificar brechas entre a previsão legal e a realidade enfrentada pelas mulheres em situação de violência, bem como avaliar as políticas públicas de apoio e proteção às vítimas.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, embora a Lei Maria da Penha tenha difundido um avanço significativo no ordenamento jurídico brasileiro, ainda existem obstáculos à sua plena efetividade. Dentre os principais desafios estão a morosidade processual, a falta de estrutura adequada nas delegacias especializadas, a ausência de medidas protetivas rápidas e a subnotificação dos casos. Observou-se também que a falta de políticas públicas integradas e de campanhas educativas contribui para a manutenção do ciclo de violência. Por outro lado, quando corretamente aplicada, a lei tem demonstrado eficácia na proteção das vítimas e responsabilização dos

agressores. Há à necessidade de ampliação ao investimento em formação de profissionais e na estrutura dos órgãos responsáveis pela sua execução.

Conclusão

Entende-se que a Lei Maria da Penha é um importante objeto jurídico na luta contra a violência doméstica, mas sua efetividade ainda depende da superação de diversos entraves estruturais e culturais. A consolidação das políticas públicas e da atuação do sistema de justiça é essencial para garantir a proteção real das mulheres.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago. 2006.
ARAÚJO, Clara. Violência de Gênero e Políticas Públicas. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, 2013.
CNJ. Relatório Justiça em Números. Conselho Nacional de Justiça, 2023.
SANTOS, Maria Thereza. A Efetividade da Lei Maria da Penha. Revista Brasileira de Direito, v. 10, n. 2, 2022.